

ladw

Lateinamerika-Ausschuss
der Deutschen Wirtschaft



Lidando com desafios globais em conjunto com a América Latina

CINCO RECOMENDAÇÕES PARA O GOVERNO ALEMÃO

Uma declaração de posicionamento conjunta da
Comissão da Indústria Alemã para a América Latina (LADW)
e da Associação Empresarial para a América Latina (LAV)

1. Impulsionar a transformação digital e ecológica conjuntamente

Para uma transformação ampla, sustentável e digital a União Europeia e a Alemanha precisam de aliados internacionais e de confiança. Especificamente a América Latina é cortejada em virtude de seu significado estratégico para o clima, de sua economia energética e da agropecuária ou da digitalização. Na região encontram-se grandes arcabouços de matérias-primas – tanto sustentáveis, como também essenciais para os iminentes processos de transformação –, um grande potencial em energia renovável, bem como um terço de todas as reservas de água doce. É recomendável que o novo governo alemão estabeleça **impulsos para uma economia ambiental e digital** em conjunto com a América Latina.

A união de forças para o desenvolvimento de **tecnologias para a redução de emissões e geração de energia elétrica sem CO₂** (p.ex. para a produção de hidrogênio verde), **da economia circular para reduzir resíduos e fomentar sua reciclagem**, bem como na área de **IoT e AI**, ajudaria ambos os lados a se afirmarem na competitividade global cada vez mais acirrada. Por um lado, a **cooperação com institutos de pesquisa, universidades e empresas** na América Latina deve ser intensificada. Por outro, uma maior interligação de iniciativas novas ou já existentes dos Ministérios Federais da Alemanha – o das relações exteriores (AA), o da economia e proteção do clima (BMWK), o da cooperação internacional (BMZ), para agropecuária e alimentação (BMEL) ou o da ecologia, proteção ambiental e segurança nuclear (BMUV) – poderia criar as estruturas necessárias para **projetos-piloto bilaterais**. As **parcerias no âmbito da energia** com o Brasil, o México e o Chile precisam ser ampliadas tendo em vista as novas tecnologias para a neutralidade em CO₂ e complementadas com parcerias com a Argentina e a Colômbia. Na área de **Digitalização/Indústria 4.0** o uso mais intenso de **plataformas de diálogo reconhecidas**, bem como uma ampliação em direção a outros países-foco, p. ex. o Uruguai ou a Colômbia, devem ser analisados. Um intercâmbio com o movimentado ambiente de Start-Ups na América Latina, com seu desenvolvimento para além de produtos digitais e ideias de negócios pioneiros, pode beneficiar a economia alemã. **Critérios de sustentabilidade e qualidade** devem ser incluídos no contexto da cooperação (de desenvolvimento) financeira e a promoção das exportações deve ser adaptada aos produtos e serviços digitais ou ser incrementada neste sentido.

2. Promover uma política interministerial e de longo prazo para a América Latina

A Alemanha necessita urgentemente de uma estratégia ativa do Governo Federal alemão para a cooperação com a América Latina que tenha também em mente os interesses e ressalvas das empresas em particular. Na ausência de uma agenda coordenada a longo prazo para a região e sem iniciativas alinhadas entre os ministérios alemães, idealmente com um interlocutor central específico que abranja os órgãos e instituições envolvidos, existe o risco de a Alemanha perder ainda mais importância política e econômica nos mercados da região.

A **Estratégia do Governo Alemão para a América Latina**, lançada em 2010, deve ser atualizada e transformada em um programa de ação permanente. A continuação da **Iniciativa para a América Latina e o Caribe** estabelecida com sucesso pelo Ministério Federal das Relações Exteriores, com o envolvimento de outros ministérios do governo alemão, é bem-vinda (tal como anunciado no acordo de coalisão). Os decisores políticos devem também cuidar de forma contínua e consistente do diálogo bilateral de alto nível, por exemplo, por meio de mais **viagens do chanceler e de ministros à região, acompanhados por delegações empresariais** – assim que as condições pandêmicas o permitam. Isto pode ser complementado por formatos de interação digital de fácil acesso. É necessário que ações sejam colocadas em prática ativamente. Projetos e temas prioritários na cooperação internacional para o desenvolvimento com a América Latina precisam ser mais coordenados com a economia. Neste caso, o foco também deveria ser a digitalização e a descarbonização. Além disso, o **Instrumento “Parceria Estratégica”** deveria ser expandido. As regiões centrais para as empresas continuam a ser o Mercosul e a Aliança do Pacífico. No que diz respeito à cooperação com ambas as regiões, o governo alemão deveria utilizar as oportunidades para atingir objetivos de sustentabilidade de forma mais consistente. O Ministério Federal das Relações Exteriores poderia desempenhar aqui um papel pioneiro em sua nova responsabilidade pela política climática internacional.

3. Fortalecer a cooperação europeia com a América Latina

Três quartos dos países da América Latina já têm um **acordo comercial** com a União Europeia. A médio prazo, poderia se buscar a harmonização regional e a integração dos vários acordos. A ratificação do já negociado acordo comercial da UE com o **Mercosul** deve ser apoiada de forma consistente pelo novo governo alemão, considerando a perspectiva estratégica e geopolítica. As preocupações existentes na área da sustentabilidade, da proteção do clima e dos direitos dos trabalhadores, da economia agrícola, bem como das cadeias de fornecimento, devem ser consideradas, por exemplo, através de acordos e compromissos suplementares. Isto requer disposição para compromissos de ambos os lados. A implementação efetiva dos acordos comerciais é, na opinião da LADW e da LAV, um elemento central para o comércio europeu e a política externa e pode contribuir para o posicionamento da União Europeia como uma região de soberania estratégica aberta. Os acordos bilaterais de livre comércio da União Europeia com outros países latino-americanos devem ser acompanhados e, se necessário, modernizados, como é atualmente o caso do **México e do Chile**. Os acordos atualizados devem ser ratificados e postos em vigor rapidamente.

A Alemanha e a União Europeia já são doadores muito importantes para projetos de **cooperação para o desenvolvimento** na região. Uma maior europeização da cooperação para o desenvolvimento com os países da América Latina seria uma contribuição mais efetiva para a estabilidade na região, tendo em vista também as consequências sociais e econômicas da pandemia no continente. O governo alemão deveria defender uma maior conexão e utilização de sinergias entre as atividades dos estados membros da UE com a América Latina, especialmente na implementação do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC (TFA).

A nova Estratégia Global Gateway da UE oferece uma boa plataforma para promover relações sustentáveis com a América Latina, em particular para aumentar o investimento em infraestrutura física e digital na região.

4. Buscar um recomeço político com o Brasil

As relações fundamentalmente muito boas entre a Alemanha e o Brasil devem ser capazes de resistir e superar diferenças de opinião política. Especialmente no intenso diálogo político podem ser encontradas soluções comuns, como por exemplo, no caso da proteção da floresta amazônica. Como país rico em recursos, o Brasil tem um papel fundamental a desempenhar na resposta aos desafios globais, tais como na proteção do clima, no abastecimento de energia ou como produtor agrícola. O processo de adesão do Brasil à OCDE deve, portanto, ser plenamente apoiado.

Antes das eleições brasileiras de outubro de 2022, o novo governo alemão deveria posicionar-se de forma que um **recomeço político-econômico** seja possível com qualquer governo brasileiro. A **cooperação bilateral** deve ser reconfigurada e o convite às **Consultas Intergovernamentais** de Alto Nível Brasil-Alemanha deve ser feito. O plano de ação da **parceria estratégica** com o Brasil, que existe desde 2008, precisa ser modernizado e ampliado de modo a incluir novos desafios. Estes incluem em particular os temas de digitalização, Indústria 4.0, segurança cibernética, inteligência artificial e eletrificação inteligente. O governo alemão deve também continuar a desempenhar um papel ativo nos **organismos teuto-brasileiros** reconhecidos, tais como a Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha, o Diálogo Digital, o Projeto Global de Infraestrutura de Qualidade e a Iniciativa para o Agronegócio.

Além disso, é recomendável promover e expandir as relações com importantes estados federais com uma elevada presença econômica alemã (por exemplo, estados no Sul, São Paulo e Bahia). Isto também se aplica, em princípio, a outros países da região.

5. Fomentar condições mais favoráveis aos negócios na região

Décadas de déficits em modernização em infraestrutura e educação levaram a uma perda de competitividade contínua na maioria dos países da América Latina. A baixa produtividade também dificulta o crescimento sustentável. Entretanto, a concorrência internacional por fatias de mercado na América Latina aumentou, e as empresas da União Europeia perdem frequentemente espaços para empresas dos EUA ou da China. No entanto, os seus interesses estratégicos e comerciais diferem dos interesses da Alemanha. É necessário um **acompanhamento e apoio político** consistente por parte do governo alemão para promover a posição da indústria alemã por meio da melhoria das condições gerais. O foco aqui não é a concorrência, mas sim o reforço consistente dos pontos fortes alemães. As pequenas e médias empresas, em particular, dependem das **oportunidades de financiamento e de fomento** para a exploração de novos

mercados na região. Diálogo e esclarecimento reduziriam ressentimentos existentes. A promoção do comércio exterior deveria ser, assim como em outros países, orientada pelos interesses estratégicos da República Federal da Alemanha e não por regras de origem muitas vezes desfasadas da realidade.

Encargos desnecessários devidos à **dupla tributação** poderiam ser evitados através de acordos correspondentes (ADTs). Em 2005, o governo alemão renunciou o ADT com o **Brasil** que estava em vigor desde 1975. Até o presente, todas as tentativas para negociar um novo acordo fracassaram. Enquanto a Alemanha opta por um modelo para economias emergentes avançadas (padrões da OCDE), o Brasil insiste em manter os benefícios para os países em desenvolvimento. Devido aos esforços do Brasil para uma maior abertura comercial e para a adesão à OCDE, as condições para um entendimento mútuo estão mais favoráveis do que nunca. O Ministério Federal das Finanças da Alemanha deveria procurar o diálogo com o lado brasileiro em todos os níveis e defender uma **renegociação** do ADT. Neste contexto, a política alemã poderia ser mais flexível nas negociações. Além disso, a finalização de ADTs com o **Chile, Peru e Colômbia** deve ser examinada devido ao potencial econômico crescente destes países.

Dada a sua importância para a inovação, a **proteção de patentes e a proteção da propriedade intelectual** devem ser promovidas de forma consistente nos países da América Latina, inclusive através da cooperação bilateral a nível técnico. O mesmo se aplica à cooperação entre autoridades e agências reguladoras (existentes e com outras) em setores-chave, tais como as telecomunicações (5G ou 6G) ou a saúde. As normas europeias deveriam também receber mais apoio, uma vez que estas ajudam a pavimentar um **patamar de igualdade** para a indústria europeia. Um exemplo disto são as normas no setor da mobilidade, no qual empresas europeias competem com empresas chinesas subsidiadas pelo Estado.